

O SIGNIFICADO DAS QUESTÕES ÉTICO-MORAIS PARA MARX MEANING OF MORAL-ETHICAL QUESTIONS TO MARX

Leonam Lucas Nogueira Cunha¹
Maria Cristina Longo Cardoso Dias²

RESUMO

Esta pesquisa fixou-se no estudo de como a moral e a ética são entendidas por Karl Marx, efetivando-se o aprofundamento possível que este tema oferece dentro do pensamento marxiano já que este campo é muito indiretamente referido por nosso filósofo. A pergunta inicial da pesquisa era “é possível mencionar ética marxiana?”, se sim, “o que seria ética/moral para Marx?”. A partir da leitura e debate de textos pertinentes ao estudo, o norte que foi encontrado, a título de conceituação dos termos ética/moral (dentro desta perspectiva), foi o de caminhar de acordo com a forma geral de Marx pensar a realidade, isto é, por meio de sua justificada escolha metodológica – qual seja, o materialismo-histórico. Aqui será apresentado todo o percurso que foi traspassado para chegar-se à postulação de uma moral antiburguesa.

Palavras-chaves: Karl Marx. Ética. Moral. Materialismo-Histórico.

ABSTRACT

This research has fixed the study of how morality and ethics are understood by Karl Marx, putting into effect the possible deepening which this theme offers inside Marxian thought once this field is very indirectly referred by our philosopher. The initial question of the research was “is it possible to mention Marxian ethics?, whether yes, “what would be ethics/morality to Marx?”. From text reading and text debate concerning the study, the found route regarding conceptualization of ethical and moral terms (inside this perspective), was to walk side by side with general form of Marxian thought concerning reality, that is, through his justified methodological choice: the historical materialism. Here will be presented all route which was passed over to arrive at a postulation of an anti-capitalist morality.

Key-words: Karl Marx. Ethics. Morality. Historical-Materialism

¹ Graduando em direito pela UFRN. E-mail: leonam_cunha@hotmail.com.

² Graduação, mestrado e doutorado em filosofia pela USP. Professora Adjunta do departamento de filosofia da UFRN. E-mail: crislongo@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os conceitos de ética e de moral não são significados fáceis de serem trabalhados no pensamento de Marx, quando se leva em conta que o autor não escreveu nenhum livro a respeito do tema. Não obstante, esses são conceitos passíveis de serem pensados na obra do autor, tendo em vista suas considerações a respeito da moral como valores que emanam da estrutura social vigente.

De acordo com o método materialista histórico de Marx, todas as sociedades, em todos os períodos históricos, organizaram-se para a produção, porque os indivíduos sempre precisaram e precisam, através do trabalho, conseguir os bens necessários à sua sobrevivência. Segundo o autor, em todos os tempos históricos é possível observar que os indivíduos cooperam de alguma forma para conseguir tais bens.

É, precisamente, a forma de cooperação dos indivíduos para produção e para distribuição dos bens importantes à sobrevivência humana que gera relações necessárias entre os homens e mulheres. Essas relações necessárias podem ser laços de dominação de uma classe sobre outra, quando determinada classe apropria-se do trabalho de outra.

Marx, nos livros *O Capital*, *A Ideologia Alemã* e *Manifesto Comunista*, afirma inúmeras vezes que os valores morais dominantes sustentados por uma sociedade vigente são os valores da classe dominante que propiciam o funcionamento e a conservação de determinado modo de produção que a beneficia.

Assim, valores como a ganância, avareza, caça apaixonada por capital, competição, egoísmo, exploração, coisificação do outro, igualdade como igualdade entre possuidores de mercadorias e liberdade entendida como liberdade de comércio são valores que compõem a moral dominante capitalista e servem para a sustentação desse modo de produção.

Contudo, considerando o método dialético de Marx, em sendo um método para a compreensão da realidade que admite contradições, percebe-se que da luta contra o atual modo de produção, pela classe explorada (força de trabalho), a partir da afirmação de um modo de produção oposto, negam-se também os valores dominantes desse sistema. Em outros termos, a partir da atividade humana transformadora desse sistema rumo a uma sociedade mais justa, acaba-se por lutar contra os próprios valores dominantes dessa

sociedade, gerando a construção de valores contrários aos valores até então observados como a solidariedade, fraternidade, altruísmo, liberdade e autonomia.

2. DOS CONCEITOS DE ÉTICA E MORAL

Estabelecem-se, parece-nos: não de forma fundamental, mas apenas assessória, distinções entre moral e ética. Vimos como interessante apresentar tal questão não obstante existam autores (inclusive aqueles que consideram “moral” como um conceito desigual ao de “ética”) que utilizam os termos, por vezes, como sinônimo.

Através de imersões em obras e escritos variados sobre este tema, entendemos ética como um saber que procura se ater aos valores preenchedores de nossa vida e relações. Já a moral tange às práticas dos indivíduos, às ações que eles executam segundo uma orientação consuetudinária. Pode-se oferecer forma mais lúcida e direta da distinção entre moral e ética, qual seja: a moral é comportamento individual ou coletivo que se aúfere na prática, no plano do “real”, e a ética é a atenção reflexiva, relativa a um processo em que se teorizam, se cogitam e põem-se em xeque as proposições morais – ou seja, “reais”, “práticas” – e a própria moral em si. A ética se ocupa da moral no sentido de buscar a ponderação de ações morais (assim, práticas) concluindo-as certas ou erradas.

3. DE COMO A MORAL SE APRESENTA PARA MARX

A moral, para Marx, surge a partir da análise da realidade. Este é um ponto de franco relevo para a filosofia marxiana por conta da abordagem metodológica que lhe é característica: o materialismo histórico. Frente à compreensão do materialismo histórico, pode-se afirmar que o homem se faz no mundo com o estabelecimento de relações necessárias com outros homens para a construção e utilização de meios materiais para transformar a natureza e retirar dela os bens necessários à sua sobrevivência que, com o decorrer da história e as várias inovações e mudanças no modo de produção com as quais o homem vai se confrontar, ele se molda. E, na perspectiva da dialética (noção castiça que Marx buscou na filosofia de Hegel), é de extrema eminência que se ressalte que o homem, ao mesmo tempo que é esculpido pelo mundo e pelas relações que tece com os outros homens, ao mesmo tempo que sofre interferências e ganha formas produzidas pela

realidade à sua volta, molda também a realidade e pode, muito bem, interferir e lavrar alterações nesta mesma realidade³.

Estudando-se *A Ideologia Alemã, de Marx e Engels*, em que o materialismo histórico ganha sua forma precisa – forma esta que vai ser observada no restante de suas obras, encontra-se a seguinte citação:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87)

Ou seja, a maneira como os homens vão-se fixar no mundo depende da sua própria condição de vida material. Assim, a consciência social é que define a consciência do homem, e não o oposto, como chegavam a postular os filósofos alemães anteriores a Marx. Este é um dos pontos mais mencionados e alvo de aclamações da *Ideologia Alemã*.
Leia-se:

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. [...] parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

Isso permite chegar ao entendimento de que a moral (até porque se consta expressamente do próprio trecho acima transcrito) é fruto e impressão de determinada

³ O meio transformador da realidade que o homem possui é a capacidade de trabalho. “A capacidade de trabalho faz com que o homem seja um ser histórico; isto porque cada geração recebe condições de vida e as transmite a gerações futuras, sempre modificadas – para pior para melhor.” (Emir Sader, 2007, na Apresentação da edição de *A Ideologia Alemã*, da Boitempo Editorial).

realidade, dadas as condições materiais a esta relacionadas. Certifica-se, então, que a moral para Marx surge a partir do processo de vida real dos homens.

Marx denomina a moral (bem como a religião, a metafísica, etc.) de ideologia. Tal afirmação é construído de uma linha de raciocínio característica da filosofia ora abordada. Explique-se: como os homens são definidos a partir das condições materiais de vida, nota-se a existência de uma infraestrutura que determina toda a superestrutura; as forças produtivas e as relações de produção fazem parte da infraestrutura (já que é o arcabouço propriamente ligado às relações materiais e à produção da vida), e a moral, a religião e a política, por exemplo, vão figurar como superestrutura⁴. A organização econômica a partir do período civilizatório é manifestação das classes dominantes, no sentido de que é guiada, reparada e moldada pelo modo de produção que impera; sendo assim, tudo que for expressão da economia civilizatória, é pura expressão das classes dominantes. Marx afirma que toda ideologia é imposição das classes que dominam, é manifestação de suas ideias mesmas, figurando a moral, portanto, como ideologia deduzida a partir da condição real e material de produção da vida.

Quando falamos em “organização econômica a partir do período civilizatório” ou “economia civilizatória” – termo engendrado segundo a explicação que se dará –, estamos traçando conexões com a abordagem de Engels sobre as épocas principais da pré-história da humanidade: estado selvagem e barbárie. Pré-história porque Marx, quando fala em História, fala necessariamente de luta de classes⁵, e, nesses estágios citados, a luta de classes não podia ser verificada, pelo menos, como se pode visualizá-la em períodos mais à frente, onde saltam à vista as contradições entre as classes sociais. Faz-se questão de ressaltar a “economia” sob essa ótica porque somente no período

⁴ “Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência.” MARX, Karl. “Para a crítica da economia política”. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35. (Coleção os pensadores).

⁵ “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. (...) opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto comunista”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

civilizatório, o estado depois do bárbaro, é que se vai observar o homem frente a uma desenvolvida produção dos seus meios de existência⁶.

William Ash, em *Marxismo e Moral*, assevera que a dedução dos conceitos éticos deve-se dar por meio de um processo prático que parta das condições materiais. Ante a afirmação, acrescenta, ainda, a sagaz observação de que o que as pessoas costumam chamar de “problemas éticos” ou “perda de valores” são, na melhor verdade, contradições essenciais à própria formação econômica e social desenvolvida pelo modo de produção capitalista. Assim, nota-se que o capitalismo, por ser uma forma de produção material da vida, gera um arcabouço de conceitos éticos e de valores que seguirão a infraestrutura econômica e inclusive, adiantadamente, vão auxiliar na sustentação deste tipo de produção, porque fortalecem socialmente a lógica de tal sistema.

Nesse toar, podemos falar que existem valores na sociedade capitalista, valores esses compatíveis à sua própria forma de organização econômica, já que a ética é aferida por meio da realidade, e a realidade é manifestação do modo de produção da vida material. Marx orienta explicitamente o raciocínio de que a religião, por exemplo, faz parte da superestrutura e que é bastante flácida no que atine a ser compatível com o tipo de produção. Dentre outros apontamentos, destacamos este:

De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de produtores de mercadorias, êstes tratam seus produtos como mercadorias, isto é, valôres, e comparam, sob a aparência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo. Daí ser o Cristianismo, com seu culto do homem abstrato, a forma de religião mais adequada para essa sociedade, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo, etc. (MARX, 1982, p. 88).

⁶ O texto de Friedrich Engels que aborda tais questões chama-se “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Estas linhas são resultados de investigações de Lewis H. Morgan, que Marx sempre desejou tornar de fato públicos, pois muito dizem sobre sua análise da realidade. “Morgan foi o primeiro que, com conhecimento de causa, tratou de introduzir uma ordem precisa na pré-história da humanidade, e sua classificação permanecerá certamente em vigor até que uma riqueza de dados muito mais considerável nos obrigue a modificá-la. Das três épocas principais – estado selvagem, barbárie e civilização – ele só se ocupa, naturalmente, das duas primeiras e da passagem à terceira. (...) [Ele {Morgan}] diz, ‘a habilidade nessa produção desempenha um papel decisivo no grau de superioridade e domínio do homem sobre a natureza: o homem é, de todos os seres, o único que logrou um domínio quase absoluto da produção de alimentos. Todas as grandes épocas de progresso da humanidade coincidem, de modo mais ou menos direto, com as épocas em que se ampliam as fontes de existência”.

Como é facilmente constatável, muitos valores dos indivíduos são emanações religiosas, que se vestem de dogmas compatíveis com o modo de produção vigente, o que mostra notadamente a força econômica. O que poderia nos levar a dizer que, sob determinado viés, inúmeros dogmas não são proveniências diretas da força religiosa, mas da força do capital.

Observa-se crítica de Marx, em *O Capital*, também sobre o direito.

É mister que [possuidores de mercadorias que desejam alienar seus produtos uns com os outros] reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade, **em que se reflete a relação econômica**. O conteúdo da relação jurídica ou de vontade é **dado pela própria relação econômica**. (MARX, 1982, p. 94-95) Grifos nossos.

Assim, ingenuidade seria pensar que a influência da economia no direito se restringisse à técnica. O direito, tendo um vínculo tão forte com as vicissitudes produtivas, vai igualmente obedecer – em conteúdo! – ao seu Pai (a pujança econômica). A influência do direito no que pertine à ética é sobremaneira palpável: quando se discute sobre a função deste (isto na perspectiva do famigerado “senso comum”, não na ótica materialista histórica desembainhada por Marx), observa-se que o direito – quase – sempre vai ostentar o condão de ser um meio com o qual se perpetua e conserva-se o modo de produção existente.

4. PANORAMA DA REALIDADE CONSTRUÍDA PELO SISTEMA CAPITALISTA

Quando a burguesia, ao cabo da Idade Média, vai tentando desmontar toda sociedade outrora construída (a sociedade feudal) acaba por engendrar outro tipo de organização, agora favorável aos interesses dessa classe. Como bem assinala Engels, em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o primeiro levante da burguesia europeia contra os pilares da Idade Média deu-se com a Reforma luterana. Assim, a atacada frontalmente foi a Igreja católica, por figurar como o maior símbolo e, portanto, a principal mantenedora da ordem feudal. A Reforma delineou nova religião, precisamente aquela que mais satisfizesse o fortalecimento da burguesia. O segundo grande momento de insubordinação foi o Calvinismo, *para tapar as lacunas deixadas por Lutero*;

figurando a Revolução Francesa como a terceira e definitiva insurreição dos burgueses, onde a religião foi relegada, dando espaço para a luta descaradamente política. O que culminou na derrocada, outrossim, política, de um dos lados: a aristocracia.

Estando brevemente analisada a dicotomia embalada por esses dois grandes combatentes (aristocracia e burguesia), basicamente, o mesmo se repete quando a classe burguesa de fato toma as rédeas. Agora, proletariado de encontro à burguesia. As duas grandes classes antagônicas em constante batalha, “ora explícita, ora velada”.

A mercadoria, para Marx, apresenta-se como valor-de-uso e valor-de-troca. O valor-de-uso diz respeito à utilidade prática do objeto, e o valor-de-troca ao valor que a ele é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. O trabalho humano, aplicado à mercadoria, é o que lhe confere o valor. Marx observou que o capitalista aplica determinada quantidade de capital para a produção das mercadorias (o que engloba, inclusive, o salário dos trabalhadores) e, com a ingerência do trabalho humano, ganha capital a mais, que o trabalho conferiu à produção. Dessa maneira, o capitalista paga o trabalhador, bate seus gastos iniciais e, ainda assim, ganha uma quantidade a mais do que aplicou. Marx, basicamente, por esses termos, define como se dá a extração de mais-valia.

Depois de uma análise exímia das mercadorias, das relações de troca, das personagens em cena, etc., análise essa que pode ser lida em *O Capital* (que, neste texto, explicamos muito por alto, pelo fato de que seria deveras cansativo propô-la em seus pontos e vírgulas aqui), Marx chegou à *fonte dos milagres do burguês*: a mais-valia e a conseqüente acumulação de capital. É aí que os burgueses fazem a mágica do seu tipo de produção. Então, a mais-valia é nada mais que a apropriação de trabalho não pago aos operários – “o capitalista, mesmo quando compra a força de trabalho do seu operário por todo o seu valor, por todo o valor que representa como mercadoria no mercado, dela retira sempre mais valor do que lhe custa”⁷. Isto é, por meio da fórmula $D + \Delta D = D'$ (sendo o primeiro D o capital – dinheiro – investido pelo capitalista, dinheiro necessário para toda a produção: matéria-prima, insumos, máquinas, salário do trabalhador, etc; sendo ΔD a quantidade de dinheiro conferida à mercadoria por meio da força de trabalho;

⁷ ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984. v. 99. (Série ciências sociais). 9 ed.

e D' o capital final, ou seja, resultado com o mais-valor atribuído). Desta forma, a mais-valia é a soma de valor que as classes possuidoras sugam dos operários que não têm mais nada a vender senão sua força de trabalho, e que vai sendo acumulada na montanha capital cada vez maior do capitalista. Nisso se evidencia o caráter explorador e torpe do tipo da produção capitalista.

Assim, quando partimos da lente materialista histórica do capitalismo, compreendida a produção e distribuição de bens, encontradas as chaves principais de sua organização enquanto sistema econômico, podemos traçar um panorama do que é compatível ao capitalismo, o que satisfaz às ânsias do capitalista, e, portanto, descobrir quais valores emanam desta realidade.

Evidenciadas, nesta sociedade, a exploração e a fome incontrolável por acumular bens e dinheiro, pode-se dizer tranquilamente, por exemplo, que a ganância conjugada à avareza são eminentes valores burgueses. Isso tudo porque os seus opostos não são características que interessam à lógica capital.

Marx, em *O Capital*, ao final da análise da circulação ou da troca de mercadorias, tece o seguinte comentário, pelo qual, ao negar valores éticos burgueses com extrema contundência, acaba por assumir uma postura contrária a essa (ou seja, uma nova proposição ética, se o termo é lícito), que vai se fazer entoar, ante a leitura de seus textos, por dedução.

[A esfera de análise que estamos abandonando] é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria [...] são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. [...] Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. A única força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados. [...]

Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, [...] parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força do trabalho como seu trabalhador. O primeiro com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido,

contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado. (MARX, 1982, p. 197).

Acima, Marx critica o tom e a vestimenta que a burguesia dá à liberdade e à igualdade. A liberdade do burguês é a liberdade de comprar e vender segundo sua vontade mesma e a igualdade que se fala é a igualdade da troca de equivalentes. Como a chave das sociedades, descoberta por Marx, concerne à organização do modo de produção, liberdade e igualdade, para a “moral marxiana”, estariam muito mais ligadas à libertação do homem em relação ao produto (quando o homem invertesse a ordem burguesa para dominar o produto, e não ser dominado por ele; o que Engels chama de “superar a fase animal do reino da necessidade”), e à justiça no que tange à distribuição dos resultados da produção, de modo que todos participassem no usufruto do seu trabalho.

Quando nosso pensador cita, em elegante sarcasmo, o nome de Bentham, filósofo utilitarista inglês, quer dizer que no utilitarismo não há nenhuma premissa de que os homens, mesmo se organizando numa enorme teia, devem cuidar uns dos outros. Dessa maneira, Marx critica o individualismo/egoísmo, de sorte que promove o contrário, isto é, a solidariedade.

Nesta reflexão ética, pode-se chegar a uma pergunta levantada por alguns pensadores, qual seja: “o capitalismo deu origem a uma formação econômica e social justa ou injusta?” Parece-nos que a questão é resolvível se observarmos os textos do próprio Marx. Vários pensadores se utilizam de trechos de escritos de Marx, justificando-se assim de forma imediata, para chamar a formação econômica de justa e/ou injusta. Os trechos que parecem demonstrar ser justa a formação econômica capitalista não querem dizer nada mais que: dentro dos ditames da lógica burguesa, atuar de forma a produzir mais-valor é o coerente, figurando como inadequada a fuga a essa postura. Frente ao entendimento que apreendemos de que para Marx a ética surge a partir da análise do real, a moral engendrada pelo modo de produção capitalista o justifica.

No entanto, o bom leitor de Marx é o capaz de transcender à lógica capitalista de produção. Este leitor é o que consegue enxergar que há alguma coisa além desse tipo de organização produtiva, e isto é: para que se atenda à exímia dignidade humana, às liberdades do homem, há de se compreender que nossa ordem econômica é injusta. E é

injusta por quê? Porque uma minoria detentora põe em detrimento uma imensa maioria trabalhadora, explorando-a para concentrar mais riquezas em suas mãos. Mais motivos? Porque este tipo de produção não beneficia quem o gere, não beneficia o genitor próprio do produto, ou seja, quem derrama suor não é o mesmo que colhe os resultados. O trabalhador é apenas aquele que arca com os males desse sistema, assim o fazendo para garantir sua subsistência.

5. A OUTRA FACE DA ÉTICA

Marx postula uma moral prática, assim, antes de tudo, sensitiva, de apreensão da realidade. De sorte, dizemos que a ética para nosso pensador tem duas grandes faces: a que emerge da análise do real, e a que surge a partir da superação dessa realidade, e, por conseguinte, da formulação de uma diversa à de outrora. Por isso é pertinente a observação que Osvaldo Coggiola tece:

Marx e Engels rejeitaram a existência de qualquer moral supra-histórica e, portanto, de qualquer teoria da moral ou de qualquer ética normativa situada fora e por cima da luta de classes. Mas isso não significa ignorar a moral e a ética em geral, e sua formulação política em termos de justiça. (COGGIOLA, 2002, p. 112).

Marx acaba por entoar que a ética não se apresenta como motor dos feitos humanos, mas essas renovação e revolução se dão, primeiramente, pela luta de classes. Isto não quer dizer que a ética não tenha em absoluto interferência no processo histórico; ou melhor: é causa e resultado, em certo sentido. É resultado porque emana da análise da realidade, estando afirmada na lógica burguesa e rechaçada numa lógica oposta. É causa quando, num âmbito capitalista, é uma mantenedora do sistema, e, ademais, em lógica contrária, é fonte para sua superação. Cite-se, novamente, Coggiola, 2002: “A reivindicação jurídico-ética era, para os marxistas, decorrente de um interesse comum de classes (ou de um povo) e não causa deste, como em Hegel, para quem ‘a totalidade ética absoluta é um povo’ e ‘o ético (é) o motor de todas as coisas humanas’”.

Cabe ressaltar, dessa forma, o caráter absoluto e pretensioso do pensamento de alguns idealistas alemães. Isso porque estes filósofos partiam da feitura de uma ética a ser

imposta às camadas sociais, problema claro das classes dominantes, que sempre que podem revelam seus dogmas e verdades absolutas.

Então, a moral que é então apreendida de uma realidade, depois de posta e bem disseminada em todas as relações e meios, acaba por corroborar a estrutura econômica, e, assim, a organização produtiva. Figurando, *a posteriori*, de maneira a ratificar as relações estabelecidas.

A refutação que Marx faz ao modo de produção capitalista, por conseguinte, tem implicação moral, desta forma, a moral imbrica-se à base material. Atente-se à citação de Adolfo Sánchez Vázquez, em seu artigo *Ética e Marxismo*:

A crítica do marxismo ao capitalismo tem um significado moral, ainda que certamente não se reduza a ele, pois o capitalismo é criticável também por não satisfazer as necessidades vitais da imensa maioria da humanidade. Na verdade, este sistema não conseguiu oferecer os bens materiais e sociais e para levar não a “boa vida” da qual desfruta a minoria privilegiada, mas sim para viver nas condições humanas indispensáveis, no que tange à alimentação, moradia, saúde, segurança ou proteção social. Contudo, o capitalismo de ontem e de hoje pode e deve ser criticado pela profunda desigualdade no acesso à riqueza social e às injustiças que derivam dela; pela negação ou limitação das liberdades individuais e coletivas ou por sua redução – quando as reconhece – a um plano retórico ou formal; por seu tratamento dos homens – na produção e no consumo – como simples meios ou instrumentos. Tudo isso entranha a asfixia ou limitação dos valores morais correspondentes: a igualdade, a justiça, a liberdade e a dignidade humana.

Havendo essas críticas ao capitalismo, e a necessidade de se alinhar novas propostas mais eficazes para a vida dos homens e das mulheres, observando-se o passado histórico e sua contribuição dialética, não se apresenta como sensata a posição de que o tipo de produção capitalista e, ademais, a moral por ela ensejada, seja estática, como nada o é quando o âmbito de observação são os homens e mulheres que se inter-relacionam por todos os vieses.

A capacidade de mudança é uma característica social que constrói grande parte da evolução dos indivíduos. Recuperar valores éticos como solidariedade, liberdade e igualdade em conotação mais ampla (e não sempre vinculadas às trocas e relações de compra e venda), sentimento de coletividade, irmandade, etc., se mostra possível haja vista que em civilizações mais primitivas, não geridas de acordo com a produção e organização social de classes, essas qualidades borbulhavam e acabavam aflorando dos

indivíduos. O modo de efetivar esses valores desejáveis não ocorre a partir da implementação de ideias éticas abstratas no mundo concreto, mas antes ocorre por meio da luta de classes real contra o sistema capitalista.

6. CONCLUSÃO

A proposição de um modelo como o socialismo oferece uma perspectiva à transformação. Isso porque o socialismo propõe uma modificação na organização econômica das sociedades, de modo a revolucioná-las, assim, em sua base. Ocorrendo essa mudança na forma de produzir e distribuir a produção, uma nova ética será aferida. Uma ética, se nos colocarmos a destrinchá-la adiantadamente, que compreenderá muito mais eficientemente as humanidades e a condição fundamental para que os homens e as mulheres vivam e se desenvolvam: a organização em teia, a vinculação de uns aos outros, a inevitável necessidade da ajuda e cooperação das outras pessoas da forma mais explícita. Uma ética que não mais admita como natural ou justa este tipo de afirmação: enquanto os banqueiros rressonam, os despossuídos têm olheiras.

Este tipo de raciocínio, promovido neste texto, permite afirmar que:

O retorno a esses percursos iniciais da crítica de Marx permite ratificar que a interpretação da liberdade, central para a reflexão ética, impõe uma necessária relação a uma matriz política. (...) Trata-se de refletir de forma crítica sobre a necessária superação da dicotomia entre as ações dos homens e a moralidade que se impõe sob o ideário liberal e sob a moldura de um Estado de direito (GUEDES, 2011, pp. 155-163).

O referido trecho entoa um genuíno objetivo da crítica de Marx à realidade, “a necessária superação da dicotomia entre as ações dos homens e a moralidade que se impõe sob o ideário e sob a moldura de um Estado de direito”. Superar essa dicotomia significa saltar sobre o real percorrendo o caminho da possibilidade. Em outras palavras, ler a realidade, apreendê-la e experimentar nela a transcendência, como é postulado por Marx, em *Teses sobre Feuerbach – Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo*.

Portanto, a ética vai se apresentar como algo mutável, dependente da realidade, que se transforma profundamente conforme modifiquem-se as relações sociais produtivas. Superando-se determinada realidade, superam-se outrossim os valores éticos

nela postulados, abre-se, então, espaço para uma nova realidade e a construção e emanação de uma nova ética, que observará prioritariamente as leis que regem materialmente essa nova realidade.

REFERÊNCIAS

ASH, William. “Marxismo e moral”. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

COGGIOLA, Osvaldo. A “cruzada ética” contra o marxismo. São Paulo: Boitempo Editorial. Crítica marxista, 2002. v. 1. n. 14. p. 110-116.

ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. São Paulo: Editora Moraes, 1990.

_____. “A origem da família, da propriedade privada e do estado”. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984. v. 99. (Série ciências sociais). 9 ed.

GUEDES, Olegna de Souza. A liberdade em obras do jovem Marx: referências para reflexões sobre ética. Revista Katálysis. vol. 14. n. 2, julho-diciembre, 2011, pp. 155-163, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

LESSA, Sérgio. Marxismo e ética. São Paulo: Boitempo Editorial. Crítica marxista, 2002. v. 1. n. 14. p. 104-109.

MARX, Karl. “Para a crítica da economia política”. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35. (Coleção os pensadores).

_____. “Manuscritos econômico-filosóficos”. São Paulo: Abril Cultura, 1974. v. 35. (Coleção os pensadores).

_____. “Teses sobre Feuerbach”. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. 35. (Coleção os pensadores).

_____. “O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital”. São Paulo: DIFEL, 1982. V. 1. ed. 7.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto comunista”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

_____. “A ideologia alemã”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. “Ética e marxismo”. In: La teoria marxista hoy – problemas e perspectivas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. (Coleção campus virtual).